

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA

Ano económico de 2021

INTRODUÇÃO E ÂMBITO DOS TRABALHOS

1.1 Procedemos à revisão das contas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado, emitimos a Certificação Legal das Contas com data 19 de abril de 2022.

1.2 O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

(1) Reuniões com responsáveis do Município e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.

(2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas nos Anexos.

(3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras orçamentais e patrimoniais com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.

(4) Análise do sistema de controlo interno, com vista a planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, de imobilizado e imobilizado em curso, proveitos diferidos, caixa e bancos, acréscimos e diferimentos, custos e perdas e proveitos e ganhos e transferências concedidas e transferências recebidas, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados.

(5) Realização dos testes substantivos seguintes que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- a) Confirmação dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, efetuando os procedimentos alternativos que considerámos necessários quando não obtivemos resposta direta de terceiros.
- b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e do mapa de empréstimos.
- c) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
- d) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao critério de reconhecimento e seu balanceamento, diferimento e acréscimo.
- e) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.

2. EXAME AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No seguimento das verificações de controlo interno realizadas, no decorrer da nossa viagem entre 21 e 25 de março de 2022, vimos trazer ao vosso conhecimento as conclusões por teletrabalho mais relevantes a que chegámos.

2.1 COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO e ENDIVIDAMENTO

Verificámos que os compromissos assumidos e a transitar totalizam 472.191 euros (174.901 euros em 2020) sendo 466.089 euros de compromissos de capital. As obrigações por pagar ascendem a 22.313 euros (16.380 euros em 2020)

O valor dos empréstimos de médio e longo prazo é de 1.377 mil euros (960 mil euros em 2020).

2.2 TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

A evolução dos montantes com transferências entre 2017 e 2020, encontra-se no quadro abaixo, onde se refletem as políticas seguidas nesta área.

Transferências e Subsídios Concedidos 2020 e 2021-Resumo

Conta	Descrição	2020	2021	2021 - 2020
60	Transferências e subsídios concedidos	549 523	479 861	-69 662
601	Transferências correntes concedidas	549 523	479 861	-69 662
60135	Freguesias	184 000	130 000	-54 000
6015	Segurança Social	33 525	33 945	420
60161	Instituições sem Fins Lucrativos	293 942	274 371	-19 571
601622	Bolsas	30 897	34 174	3 277
601629	Outros	7 158	5 791	-1 367
60169	Outros	0	400	400
6019	Outros	0	1 179	1 179

O valor das transferências foi inferior em cerca de 70.000 euros ao de 2020. Na rubrica mais significativa, a das Instituições sem fins lucrativos, no valor de 274.000 euros, cerca de 70%, isto é, cerca de 187.000 euros, foram concedidos às seguintes 8 entidades:

Associação dos Cinegéticófilos da Ilha Branca	11 400
Associação dos Músicos da Ilha Branca	16 155
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa	20 000
Clube Central Recreativo e Desportivo Sporting Clube de Guadalupe	40 085
Graciosa Futebol Clube	30 359
Grupo Desportivo da Mocidade Praiense	14 170
Santa Cruz Sport Club	16 759
Sport Clube Marítimo	38 866

Dado que se trata de dinheiro público, as entidades que o receberam devem prestar contas ao Município do uso que lhes destinaram, pelo que se recomenda, mais uma vez, que sejam solicitadas prestações de contas a todas as entidades pelo uso dos dinheiros públicos recebidos, condicionando futuros apoios à entrega de documentação suficiente.

3. CONTABILIDADE ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

3.1 ORÇAMENTAL

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Os documentos que espelham a execução orçamental são o mapa de Controlo Orçamental da Receita, o mapa de Controlo Orçamental da Despesa, o mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o mapa de Fluxos de Caixa, os quais são detalhados no Relatório da Gerência de 2021.

Nos termos do Relatório, o índice de realização da despesa foi de 78,5% (74,3% em 2020), a que correspondeu um montante de despesa paga de 5.254 milhares de euros (4.329 milhares de euros em 2020).

- A despesa de capital apresentou um coeficiente de realização de 66,25% (61,3% em 2020), com um valor de 2.115 milhares de euros (1.349 milhares de euros em 2020)
- A despesa corrente realizada apresentou um coeficiente de realização de 89,80% (82,3% em 2020), atingindo um valor de 3.139 milhares de euros (2.979 milhares de euros em 2020).

A receita foi realizada em 102,6% por aumento dos impostos diretos em relação ao orçamentado e pelo reembolso pelas finanças de 197 milhares de euros de IVA, a recuperar de anos anteriores.

Verificamos que a execução orçamental tem um saldo positivo de 824 mil euros (814 mil euros em 2020), valor inferior ao do saldo de gerência anterior que foi de 848 mil euros. Tem ainda um novo empréstimo de 359 mil euros e reembolso de empréstimos de 181 mil euros, pelo que o saldo efetivo orçamental de 2021 foi negativo.

3.2 IMOBILIZADO

3.2.1 Ativo líquido

Em 2019 o total dos investimentos antes das amortizações atingiu 28,9 milhões de euros e em 2020 27,7 milhões de euros, uma redução de 1,2 milhões de euros, parte da qual explicada por reclassificações nomeadamente de ativos intangíveis.

Rubrica	Saldo em 2019
41 Investimentos financeiros	192 845
42 Imobilizações corpóreas	13 729 215
43 Imobilizações incorpóreas	20 473
44 Imobilizações em curso	411 880
45 Bens de domínio público	14 539 133
Total Geral líquido	28 893 545

Em 2020 verificou-se a reclassificação dos ativos de investimento, pelo que a comparação detalhada com os exercícios anteriores tem algumas dificuldades.

Em 2021, o total do ativo líquido de amortizações aumentou 773 mil euros, passando de 27.682 milhares de euros para 28.455 milhares de euros.

Rubrica	Saldo em 2020
41 Investimentos financeiros	192 845
44 Intangíveis	22 236
45 Investimentos em Curso	434 044
42/43 Ativos Fixos Tangíveis (corpóreos)	27 033 134
Total geral líquido	27 682 258

Rubrica	Saldo em 2021
41 Investimentos financeiros	192 845
42 Propriedades de Investimento	546 876
43 Ativos Fixos Tangíveis (corpóreos)	26 141 064
44 Intangíveis	62 697
45 Investimentos em Curso	1 512 272
Total geral líquido	28 455 754

3.2.2 Outros Assuntos referentes ao Ativo

Recomenda-se o esclarecimento das situações do mapa 8.2.12.1. Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, pois, parte deles têm referência a cedências cujo prazo expirou e sem informação de renovação.

Parte dos terrenos e edifícios de propriedade do Município não estão registados em seu nome, nem na Conservatória Predial nem na Autoridade Tributária, pelo que volta-se a recomendar que sejam efetuados os registos necessários.

Sublinha-se que a recente Inspeção da IRAP aponta várias desconformidades na área do imobilizado, recomendando, nomeadamente, a atualização do inventário, a promoção de medidas de acompanhamento e controlo da distribuição dos bens, a atualização da norma de controlo interno.

Este assunto está a ser tratado, pois conforme nota 5.1.1 Ativo do Relatório de Gerência, citamos:

"(...) está a decorrer a atualização das folhas de carga de todas as zonas com bens inventariados, nas várias infraestruturas da Câmara Municipal. No entanto, o processo ainda não foi concluído. Todos os bens móveis do Município estão a ser etiquetados com o número de inventário e código de barras, para que logo que a empresa fornecedora do software informático proceda à atualização da aplicação Sistema de Normalização de Património e no que se refere à leitura desses mesmos códigos de barra, o Município possa adquirir o software compatível e deste modo proceder à sua leitura através de telemóvel."

3.2.3 Terrenos do Aeroporto e do Complexo Desportivo

A listagem de bens registados nas Finanças e na Conservatória apresenta várias referências a parcelas de terreno, com a referência Aeroporto. Como exemplo, os números de inventário 100395 a 100398 (e muitos outros). Ora, não se tem conhecimento de que o Município tenha alguma participação nesta infraestrutura ou que tenha sido ressarcido do seu valor.

Encontramos igualmente terrenos para a implantação do Complexo Desportivo, sendo exemplo o número de inventário 100399.

Recomendamos o esclarecimento destas situações, e eventualmente de outras do mesmo género, para que os registos correspondam à situação real.

3.3 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A participação na empresa de transportes está registada ao valor de aquisição. A sua exploração tem tido altos e baixos, com resultados, umas vezes, positivos e outras, negativos.

Em 2019, o resultado foi positivo em 7.297 euros, em 2020 o resultado foi negativo em 35.599 euros e em 2021 foi positivo em 566 euros.

3.4 BANCOS

Verificámos as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade e os valores em trânsito, não havendo nada a assinalar, exceto numa verba de 12.820 euros paga pela Direção Regional da Cooperação com o Poder Local ao abrigo da Portaria 1974 publicada no Jornal Oficial II série nº 214 de 27 de outubro de 2021, que não foi lançada em receitas por falta de conta em previsão de receitas, pelo que passou em reconciliação bancária.

Os empréstimos a curto, médio e longo-prazos foram confirmados pelos registos do Banco de Portugal.

3.5 ESTADO

A autarquia solicitou e obteve o reembolso do IVA no valor de 197.960 euros, recebido já em 2021.

Recomenda-se ainda que as contas de IVA liquidado e IVA dedutível sejam separadas pelas taxas de IVA, o que constitui obrigação legal.

A dívida ao Estado em dezembro de 2021 é de 17.855 euros (14.315 euros em 2020), por retenções e encargos da CGA e Segurança Social que foram liquidadas em janeiro de 2022.

3.6 DÍVIDAS A TERCEIROS

O valor em dívida a terceiros (fornecedores e credores diversos) é de 216 mil euros (181 mil euros em 2020), onde estão incluídos 33 mil euros (24 mil euros em 2020) de cauções prestadas por fornecedores.

O valor em dívida por empréstimos bancários é de 1.137 mil euros (960 mil euros em 2020) sendo 186 mil euros a curto prazo, isto é a pagar durante o próximo ano.

3.7 DÍVIDAS DE TERCEIROS

O valor das dívidas de terceiros (águas, rendas e outros) é de 53 mil euros (56 mil euros em 2020), após provisão para a eventualidade de não recebimento, 71 mil euros (86 mil euros em 2020, donde uma reversão de cerca de 15 mil euros que são resultado do ano).

3.8 RENDIMENTOS E GANHOS

Os proveitos registados pelo recebimento de transferências do Estado e Impostos foram confrontados com certidões de receita da DROAP e da Direção de Serviços de Contabilidade do Ministério das Finanças, apresentando os valores em euros abaixo indicados.

Os totais das certidões e dos registos foram conciliados. Na ótica da contabilidade patrimonial, os rendimentos aumentaram 6% mas é um efeito de base, pois diminuíram cerca de 10% em 2020. O valor dos rendimentos de 2021 inclui a reversão de 14.486 euros da provisão para devedores duvidosos (em 2020 tinha sido compensada com a provisão constituída no exercício).

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS E GANHOS					
Conta	Designação	2018	2019	2020	2021
71	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	301 700	317 267	278 219	278 660
72	IMPOSTOS E TAXAS	703 162	721 703	678 998	712 444
74	TRANSFERÊNCIAS SUBSÍDIOS OBTIDOS	2 935 338	3 118 509	2 784 865	2 994 548
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	58 003	66 321		
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	328 026	404 803	430 515	438 723
TOTAL RENDIMENTOS		4 326 229	4 628 603	4 172 597	4 424 375
EVOLUÇÃO			7,0%	-9,9%	6,0%

3.9 CUSTOS

Os custos totais do exercício de 2021 aumentaram 6% (em 2020 diminuíram 3%) refletindo aumentos significativos nas rubricas de maior peso como fornecimentos e serviços externos, pessoal, amortizações e transferências concedidas.

Rubrica	2018	2019	2020	2021
Custo matérias	0	0	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	1 033 613	1 072 391	1 044 557	1 118 848
Custos com Pessoal	1 290 874	1 402 777	1 330 290	1 516 517
Transferências e Benefícios concedidos	661 085	675 048	549 522	479 860
Amortizações do Exercício	793 910	856 852	1 053 992	1 137 627
Provisões do Exercício	0	28 162	4 906	-
Outros Custos e Perdas Operacionais	17 077	18 129	43 994	26 567
Custos e Perdas Financeiras	22 136	20 426	17 323	15 542
Custos e Perdas Extraordinários	19 003	101 189		
Totais	3 837 698	4 174 974	4 044 584	4 294 961
Evolução custos		8,80%	-3%	6%

As amortizações aumentaram por diminuição da vida útil dos bens de investimento, por via da aplicação pela primeira vez do SNC-AP.

Verificámos os custos de pessoal por métodos analíticos e não temos nada assinalar.

4. Limites ao Endividamento

O limite ao endividamento calculado pelos Serviços é de 4,2 milhões de euros, dos quais podem ser utilizados 20% em 2022.

5. Aplicação de resultados

Verificámos a aplicação de resultados no seguimento da aprovação das contas de 2020 e da proposta de aplicação dos resultados do ano, no valor de 6 400,57 euros.

Os resultados de 2021 atingiram 129 mil euros (semelhante ao de 2020 que foi de 128 mil euros).

No fim de 2021, o património da autarquia (conta 51), cobre 31,1% do ativo líquido, a comparar com a obrigação legal de cobertura de 20%.

6. Outras informações

Solicitámos e obtivemos a Declaração do executivo camarário, prevista nas Normas Técnicas.

Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o Relatório e Conta de Gerência, o qual satisfaz os requisitos legais, e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício e os mapas da execução orçamental.

Lisboa, 19 de abril de 2022

António Rosa Zózimo, ROC 954, em representação de A.Zózimo & M.Lourenço, SROC Lda.